

Concepção de representação na sociologia clássica

LEON DENIS DA COSTA*

Resumo

O presente estudo discute a concepção de representações nos autores da Sociologia Clássica. Iniciando pelo estudo das reflexões presentes nas obras de *Émile Durkheim*, em seguida em obras de *Karl Marx* e, por último, obras de *Max Weber*. Apresentou-se uma discussão sobre os aspectos particulares de cada concepção de representação e de considerações das respectivas teorias sociológicas, a conexão com os métodos e objetos de estudo.

Palavras-chave: representações coletivas; representações sociais; sociologia clássica.

Abstract

This study discusses the concept of representations in the authors of Classical Sociology. Starting the study by reflections in the works of *Émile Durkheim*, then in the works of *Karl Marx* and, finally, works of *Max Weber*. A discussion was introduced on the particular aspects of each design representation and the respective sociological theories considerations in connection with the methods and objects of study

Key words: collective representations; social representations; classical sociology.



* LEON DENIS DA COSTA é mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.



As representações coletivas de Durkheim (1858-1917)

“A vida social era inteiramente feita de representações” esta foi uma das afirmações feitas pelo fundador da teoria sociológica das representações sociais: Émile Durkheim. Tal concepção foi indubitavelmente muito importante para delimitar o novo campo de conhecimento com a distinção da sociologia da psicologia, construindo o conceito e a teoria das representações coletivas o qual perpassa por toda a sua obra.

Durkheim em sua primeira obra, *Sobre a Divisão do Trabalho Social* (1893), desenvolveu inicialmente o conceito de consciência coletiva, que apresenta de forma primária as características conceituais de representações coletivas. Para ele, consciência coletiva era um conjunto de crenças (ideias) e sentimentos encontrados comumente a média dos indivíduos de uma sociedade constituindo um sistema determinado que tenha vida autônoma. Por

consequente, segundo Durkheim (1995, p. 79) existem duas consciências em nós, uma consciência particular, que contém apenas estados pessoais, a nossa personalidade individual, e a outra, consciência coletiva que é comum a toda a sociedade, um tipo coletivo, porém enfatizou que embora sejam distintas, são ligadas uma a outra, possuindo um único substrato orgânico. Aqui, Durkheim (1995, p.68) já aprofunda a discussão acerca de sua concepção em que a representação “não é, com efeito, uma imagem da realidade, uma sombra inerte projetada em nós pelas coisas, mas uma força que ergue ao seu redor todo um turbilhão de fenômenos orgânicos e psíquicos”.

Em sua obra *O Suicídio* (1893), Durkheim (2004) desenvolve a concepção de representações coletivas por meio da perspectiva de distinguir das representações individuais, e, então, ele esclarece que por mais que a sociedade seja constituída de indivíduos, as representações individuais são partes, que mesmo

somadas isoladamente, não formam o todo (a sociedade), pois as representações coletivas têm uma natureza diferente das individuais, uma vez que as coletivas são constituídas de novas propriedades características. Contudo, Durkheim ressalta em suas explicações que, evidentemente, não existe sociedade sem indivíduos.

Em sua obra, *As regras do método sociológico* (1895), Durkheim (1978) delimita o objeto de estudo, a postura do cientista social, apresentando regras metodológicas que devem nortear as atividades desenvolvidas pela sociologia enquanto uma ciência que tinha como princípio fundamental "a realidade objetiva dos fatos sociais". Durkheim (1978, p.78) afirma que o objeto de estudo são os fatos sociais, isto é: são maneiras de agir, pensar e sentir impostas por um poder de coerção aos indivíduos, independente de suas vontades, os quais são exteriores a ele e oriundos do meio social. Daí nota-se que os fatos sociais, objeto da sociologia de Durkheim, têm similar concepção e elementos caracterizadores que se relacionam ao de representações coletivas. Portanto, Durkheim nesta obra, além de esclarecer o método e objeto da sociologia, retoma a discussão do conceito de representações coletivas para mais uma vez fazer a distinção de que o que a sociedade produz é diferente dos indivíduos em suas causas, uma vez que as "representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que os afetam" (DURKHEIM, 1978, p. 79).

Em sua outra obra, *As Formas elementares da vida religiosa* (1912), Durkheim retoma a sua sólida construção argumentativa de representações coletivas, discutindo-a e apontando a sua gênese:

Há muito se sabe que os primeiros sistemas de representações que o homem produziu do mundo e de si próprio são de origem religiosa. [...] a religião é uma coisa eminentemente social. As representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos (DURKHEIM, 2003, XV).

Portanto, para Durkheim (2003), a sociedade é uma realidade *sui generis*, possui características próprias, singulares. E que o conteúdo das representações individuais, aqueles produzidos singularmente nos indivíduos são distintos das representações coletivas produzidas pela sociedade. E Durkheim explica como se dá essa diferença na formação das representações:

As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que não se estende apenas no espaço e no tempo, para criá-las, uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações nelas acumularam sua experiência e seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa que a do indivíduo, encontra-se, portanto como se concentrada aí (DURKHEIM, 2003, p. 23).

Para Durkheim (2003), o homem é um ser duplo, existindo um ser individual, com ações estreitamente limitadas que tem por base no seu organismo, o outro ser é social que é representado no indivíduo "a mais elevada realidade, na ordem intelectual e moral", pois à medida que o indivíduo integra a sociedade, naturalmente "ultrapassa a si

mesmo" seja no pensamento e na forma de agir. Outra explicação plausível nessa teoria é de que as representações coletivas são mais estáveis que as individuais, e que somente em situações de grandes transformações sociais podem afetar a sociedade, na sua mudança de suas práticas sociais a partir de sua forma de pensar, enquanto que os indivíduos são sensíveis às mudanças em seu meio interno ou externo.

Assim, na concepção de Durkheim, pode-se afirmar que as representações coletivas são as expressões de pensamento (coletivo), conhecimento, crenças, comportamentos e sentimentos produzidos no meio social pela coletividade. As representações coletivas são definidas pela sociedade, de caráter exterior, impostas aos indivíduos, sendo introduzidas e materializadas em práticas sociais.

Portanto, Durkheim em sua teoria social teve a preocupação de operacionalizar o seu método sociológico, sempre apontando as escolhas feitas para percorrer a construção do seu objeto de estudo, apresentando explicações pontuais acerca das representações coletivas, ocupando pontos importantes na base de suas argumentações sociológicas de explicar os fatos sociais sempre a partir de uma perspectiva da prevalência da sociedade em detrimento do indivíduo. Desta forma, representações coletivas se tornou um ponto central em sua teoria e metodologia sociológica para destacar a relevância e a diferença da sociologia principalmente em relação à psicologia, Durkheim se empenha a constantemente distinguir as representações do indivíduo das

representações coletivas, as quais são preponderantes na vida em sociedade.

A consciência e ideologia: uma noção de representação em Karl Marx (1813-1883)

Vale destacar, inicialmente, que Karl Marx não teve a preocupação de sistematizar conceitos e definições acerca de sua produção literária, porém construiu verdadeiras concepções teóricas e metodológicas em sua análise da realidade, de suas críticas aos filósofos, economistas e pensadores de um modo geral. Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã* (1846), apresentam elementos que possibilitam apontar e discutir uma noção de representação (ideia, pensamento) presente em sua ampla teoria sobre a concepção materialista da história.

Marx e Engels não deixam dúvidas de que a consciência, as representações, as ideias são produzidas pelos homens, porém pelos homens reais, aqueles que trabalham que têm vida, que produzem e reproduzem a sua existência material, ou seja, indivíduos que estabelecem relações e práticas sociais,



A produção das ideias, das representações e da consciência está a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material [...]São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem... (MARX e ENGELS, 2008, p. 18-19)

Desta forma, estes autores esclarecem que a consciência é determinada pela existência, pelo processo de vida real; pois são os homens que produzem suas consciências nas suas relações sociais e materiais, transformando concomitantemente a si mesmo, a sua consciência, o seu pensamento, as suas ideias a partir da realidade. E destacam que a consciência não tem vida própria, não é autônoma, não tem história, e ressaltam que são os indivíduos que são seres históricos e sociais:

[...] são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. [...] partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a *sua* consciência (MARX e ENGELS, 2008, p. 20).

Nesta análise, pode-se destacar que para Marx e Engels a representação não parte de uma consciência coletiva, de um todo que está acima das partes, da sociedade para o indivíduo, mas em sentido contrário, as representações são oriundas da base real, da realidade, das relações sociais concretas que os indivíduos desenvolvem uns com os outros e com o meio, nesse processo de vida real. As representações, na concepção de Marx e Engels surgem a partir do ser, do indivíduo real, concreto, do ser consciente. E ressaltam que (2008, p. 19) "a consciência não pode ser mais do que o ser consciente; e o ser dos homens é o processo de vida real".

Então, na concepção de Marx e Engels, as representações têm origem na vida real, nas relações e práticas cotidianas

dos indivíduos, possibilitando afirmar que: as representações dos indivíduos estão vinculadas a realidade, ou seja, a consciência, as ideias dos indivíduos expressam a realidade que vive e mantém as suas relações uns com os outros e com o meio.

Portanto, a noção de representações em Marx pode ser entendida como a teoria da consciência discutida, principalmente em: *A Ideologia Alemã*, que se vê essencialmente relacionada com a sua concepção materialista histórica de análise social e o método dialético de explicação da realidade: o materialismo histórico e dialético¹. Então, representação é a consciência da realidade produzida e determinada pelo ser social, pelo indivíduo concreto, inserido em suas relações materiais de produção. É importante destacar ainda que assim como é descrito no método de Marx, não se refere a uma representação empírica da realidade, ancorada na aparência dos fenômenos sociais em que os fatos são vistos e interpretados sem um processo de reflexão dialética.

¹ A concepção materialista histórica se refere a forma de análise da sociedade que parte do modo de produção material, buscando o desenvolvimento da consciência histórica do ser humano, o modo de produção e reprodução da vida numa sociedade de classes, marcada pela luta de classes. O seu método de compreensão de um fenômeno e explicação da realidade que ficou conhecido como materialismo dialético encontra-se registrado principalmente na *Contribuição à crítica da Economia Política*, segundo Marx para compreender um fenômeno social, o ponto de partida é o real, o concreto-dado (aparência do fenômeno), em que é realizado um processo de abstração a fim de apreender as múltiplas determinações, a sua totalidade, as suas propriedades, as relações existentes e sua determinação fundamental (a essência) a partir de uma nova reflexão a fim de obter o concreto-pensado (a existência), chegando a sua compreensão, a uma representação concreta produzida pelo ser consciente.

Vale ressaltar que este processo de representação, e ou de consciência dos indivíduos só existe a partir de relações sociais entre esses vivendo em sociedade, não podem ser construídas isoladamente na cabeça, no pensamento de um ser. Marx e Engels apontam a diferença da concepção idealista da concepção materialista histórica:

Esta concepção da história, portanto, tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma de intercâmbios humanos ligados a esse modo de produção e por ela engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formações da consciência, religião, filosofia, moral etc., e a seguir sua gênese a partir dessas produções, o que permite então naturalmente representar a coisa na sua totalidade(e examinar também a ação recíproca de seus diferentes aspectos). Ela não é obrigada, como ocorre com a concepção idealista da história, a procurar uma categoria em cada período, mas permanece constantemente no terreno real da história; ela não explica a prática e segundo a idéia, explica a formação das idéias segundo a prática material (MARX e ENGELS, 2008, p. 36).

Deste modo, para os autores Marx e Engels, as representações têm origem na vida real, nas relações e práticas cotidianas dos indivíduos, o que possibilita afirmar que as representações dos indivíduos estão vinculadas a realidade, ou seja, a consciência, as ideias dos indivíduos expressam

realidade que eles vivem e que mantém as suas relações uns com os outros e com o meio.

Marx (1978, p. 129), em *Para a Crítica da Economia Política*, retomou a discussão e destacou que a compreensão da realidade, de que as relações sociais não podem ser compreendidas a partir das ideias, isto é: do pensamento por si mesmo, porém a partir da base material, das relações materiais. Deste modo, segundo Marx a totalidade das relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade a qual se levanta uma estrutura jurídica e política, as quais desenvolvem formas sociais determinadas de consciência, isto é: o processo de vida em geral, seja político, ideológico o qual é condicionado pelo processo ou modo de produção de vida material. Somente o ser social, o homem em relações sociais e materiais podem determinar a sua consciência, a sua representação. E Marx (1972, p. 130) enfatiza que a consciência deve ser explicada a partir das contradições da vida material, a partir do conflito que existe "entre as forças produtivas sociais e as relações de produção".

Marx e Engels se debruçam sobre a concepção de ideologia não em sua concepção primária de um estudo de formação de ideias, mas referindo a ideologia como uma falsa consciência, uma falsa representação da realidade uma vez que tal ideologia é uma forma de representação teórica do pensamento da classe dominante (expressada na religião, filosofia, moral, direito, política) que está desvinculada da realidade concreta. Portanto, a classe dominante em uma sociedade, por ter o domínio dos modos de produção, domina também a produção de ideias, de pensamentos, sendo a ideologia as ideias dominantes de uma sociedade, pois "os pensamentos dominantes nada

mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes" (MARX, 2008, p. 48).

Portanto, para Marx e Engels existem as representações reais ou verdadeiras, isto é, aquelas que são oriundas das relações materiais dos homens reais, vivos em suas relações sociais entre si e a base material, concreta, e também, as ideologias, representações ilusórias, produzidas a partir de indivíduos determinados, as quais não expressam ou não estão diretamente vinculadas ao movimento real da sociedade. Então, pode-se dizer que tais representações ilusórias são fruto das contradições entre as forças e as relações de produção, do antagonismo dos interesses e relações existentes entre as classes sociais, que também pode se dizer das consequências da divisão social do trabalho.

Conceitos metodológicos e o "tipo ideal": representação em Weber (1864-1920)

Ao contrário de Marx, Max Weber teve uma preocupação em sistematizar cientificamente a sociologia, delimitando o seu método compreensivo e apontando a ação social como seu objeto de estudo. Em sua obra: *Economia e Sociedade*, Weber trouxe o conceito de representação relacionado a ações de dominação, de poder (representativo) de ações de dirigentes de associações em representar ou ser autorizado a exercer direitos, poderes, privilégios, responsabilidades, estabelecer acordos através de consentimento de seus membros.

Por representação entendemos primordialmente a situação já exposta na qual as ações de

determinados membros de associação (representantes) são imputadas aos demais ou devem ser consideradas por estes como vigentes de modo "legítimo" e "vinculante", como de fato ocorre (WEBER, 2012, p. 193).

Contudo, esta concepção de representação não se refere à noção de representação, enquanto as ideias, o pensamento produzido pelo indivíduo sem suas práticas e relações em sociedade, como uma teoria ou fenômeno de representações sociais. Mas, inicialmente pode-se destacar que a noção de representação presente na teoria social Max Weber está intimamente vinculada ao método, objeto e conceitos fundamentais de sua teoria sociológica.



No primeiro capítulo da obra citada anteriormente, Max Weber (2012, p. 3) já afirma que a Sociologia é "uma ciência que pretende compreender

interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos." E a ação social refere-se a um comportamento de um indivíduo ou indivíduos que tem um sentido visado em suas ações em relação a comportamento de outros indivíduos. Portanto, a representação parte do sentido ou significado atribuído subjetivamente pelo indivíduo que pode estar vinculado: na realidade a um "caso historicamente dado", numa "quantidade de casos concebidos como típicos", e a um "tipo ideal", construído pelo indivíduo que possibilita compreender um fenômeno da realidade. Desta forma, Weber pretende fundar a explicação de fenômenos

sociais a partir do sentido ou significado atribuído pelo sujeito.

Max Weber (2012) quando apresenta os conceitos metodológicos de sua Sociologia em *Economia e Sociedade*, ele fornece explicações e orientações do método, e ao abordar sobre a compreensão interpretativa da ação social, destaca que a "ação como orientação compreensível pelo sentido do próprio comportamento" só existe a partir de comportamento de um ou vários indivíduos. Weber ainda esclarece que para a Sociologia a interpretação compreensível de ações das formações sociais como o "Estado", "cooperativa", "fundação" são "desenvolvimentos e concatenações de ações específicas de pessoas individuais, pois só estas são compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido. Portanto, para o autor, é através da ação social, do comportamento do indivíduo que se torna possível compreender os grupos, as instituições, as formações coletivas. Weber, de certa forma, aponta que as representações dos indivíduos são construídas a partir de pensamentos do cotidiano e as quais orientam suas ações:

A interpretação da ação deve tomar nota do fato fundamentalmente importante de que aquelas formações coletivas, que fazem parte tanto do pensamento cotidiano quanto do jurídico (ou de outras disciplinas), são *representações* de algo que em parte pretende vigência, que se encontra na mente de pessoas reais (não apenas dos juízes e funcionários, mas também do "público") e pelas quais se *orientam* suas ações. Como tais, têm importância causal enorme, muitas vezes até dominante para desenrolá-lo das ações das pessoas reais (WEBER, 2012, p. 9).

Diante do método sociológico de Weber, que busca a partir do indivíduo compreender o significado (o sentido da ação) e explicar causalmente o fenômeno social, entretanto diante da infinidade de ações presentes na realidade com motivos e razões atribuídas singularmente pelos indivíduos, é que se desenvolve a concepção de "tipo ideal", que segundo Weber (2010, p. 89) a finalidade da formação de conceitos de tipo ideal consiste sempre em tomar consciência, rigorosamente, do que é específico a fenômenos culturais, e não do que é genérico.

Em "*A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais*", Max Weber traz à tona os juízos de valor, ideias de valor, que indubitavelmente são subjetivos, e que segundo Weber (2010, p. 58) estes juízos de valor determinam nossa ação e dão sentido e importância à nossa vida, e que "o conhecimento cultural é condicionado por determinadas ideias de *valor*" e, conseqüentemente, subordinado a pontos de vista especificamente particulares. Logo, os juízos de valor são representações que indivíduos trazem significação cultural e orientam as suas ações.

Retomando a concepção de "tipo ideal", em *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*, percebe-se a estreita conexão entre a construção de um tipo ideal e a noção de representações. Deste modo, para Weber:

Esse quadro do pensamento reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmo não-contraditório de relações pensadas. Por seu conteúdo, essa construção reveste-se do caráter de uma utopia, obtida mediante acentuação em idéia de determinados elementos da

realidade. Sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que se comprove ou suspeite de que determinadas relações[...] chegaram a atuar em algum grau sobre a realidade, podemos representar e tornar compreensível pragmaticamente a natureza particular dessas relações mediante um tipo ideal. [...] Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vistas, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados difusos e discretos, que podem ocorrer em maiores ou menores números ou mesmo nunca, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente, formando um quadro homogêneo de pensamento. [...] desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre funções específicas que dele se esperam, em benefício da investigação e da representação (WEBER, 2010, p. 72-73).

Ora, conforme Weber, as construções rigorosas destes tipos ideais servem exclusivamente como meio de conhecimento, tornando possível expor de forma unívoca o que se entende e se pode entender por um determinado conceito. O que leva a compreender que a formação de um tipo ideal seria uma forma de captar as representações (pontos de vistas/ideias) dos sujeitos expressando um quadro homogêneo de pensamento. Então, para Weber,

As próprias "ideias" que dominaram os homens de uma época, isto é, as que neles atuaram de maneira difusa, sempre que formam um quadro de pensamento complicado só poderão ser compreendidas com rigor conceitual sob a forma de um tipo ideal, pois empiricamente habitam as mentes de uma quantidade indeterminada e mutável de

indivíduos, nos quais assumem os mais diversos matizes, segundo a forma do conteúdo, a clareza e o sentido (WEBER, 2010, p. 81).

Portanto, a noção de representação em Weber está interligada ao método, ao objeto de estudo, e conceitos fundamentais sistematizados em sua Sociologia compreensiva, em que as representações são produzidas pelos indivíduos, orientando as suas ações que tem sempre um sentido ou significado visado. Aparecem como juízos de valores, ideias de valor, pontos de vistas que possuem significação cultural. Os tipos ideais são construções subjetivas que possa melhor se apresentar como uma representação (um quadro homogêneo do pensamento).

Considerações finais

Nesta análise verificou-se que a concepção de representações nos autores da Sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber apresentou vinculada as suas respectivas teorias e metodologias. Sabe-se, naturalmente, que o indivíduo é quem produz as representações sobre um objeto, porém examinou-se que tanto na concepção marxiana quanto de weberiana o indivíduo é o sujeito ativo das representações, tem a posição central na teoria e no método, enquanto que na concepção durkheimiana, o indivíduo é sujeito ativo nas representações individuais, porém não seria relevante na teoria social - nas representações coletivas- a sua posição seria daquele que recebe a ação exterior do meio social, apesar de que o indivíduo é a parte necessária do todo, já que conforme Durkheim afirma que não existe sociedade sem indivíduo.

Durkheim acentuou a hegemonia dos fenômenos da sociedade em relação ao indivíduo, desenvolvendo a concepção

de representações coletivas, as quais eram exteriores, coercitivas e impostas aos indivíduos, características presentes nos fatos sociais, apontado como objeto de estudo de sua sociologia positivista. Para Marx, a noção de representação está presente na concepção materialista da história, em que as ideias, a consciência está vinculada às relações materiais, ao processo de vida real dos indivíduos, e por outro lado, pode se apresentar como uma ideologia, uma falsa consciência da realidade resultado do antagonismo e contradições das relações sociais, podendo ser representações reais e ou ilusórias. Por último, a concepção de representação em Weber que inicialmente se apresenta como "juízos de valor", pode-se observar que existe uma conexão com a teoria e metodologia sociológica do autor, que tem o indivíduo como ponto de partida de análise em detrimento da sociedade, a partir dos conceitos fundamentais e metodológicos de tipo ideal e das ações sociais, objeto de estudo da sociologia que visa compreender o sentido subjetivamente

visado das ações sociais e explicar causalmente os fenômenos sociais.

Referências

- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **As regras do método sociológico**. 6.ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- _____. **Da divisão do trabalho social**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **O Suicídio**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **O Manifesto do Partido Comunista**. 15.ed. Petrópolis, RJ. Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2010.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1. 4.ed. Brasília, Universidade de Brasília, 2012.
- _____. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. 1.ed. São Paulo, Ática, 2010.

Recebido em 2015-04-06
Publicado em 2015-09-13